



## **Pesquisas com crianças como ato político: escutar, implicar-se e deslocar a ciência**

Research with children as a political act: listening, engaging, and displacing science  
science

Investigar con niñas y niños como acto político: escuchar, implicarse y desplazar la ciencia

**Cleriston Izidro dos Anjos<sup>1</sup>**

*Docente da Universidade Federal de Alagoas, Campus A. C. Simões, Maceió/Alagoas, Brasil*

**Laíse Soares Lima<sup>2</sup>**

*Docente da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, Maceió/Alagoas, Brasil*

**Noélia Rodrigues dos Santos<sup>3</sup>**

*Docente da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, Maceió/Alagoas, Brasil*

**Recebido em:** 01/05/2025

**Aceito em:** 20/06/2025

### **Resumo**

O artigo propõe uma reflexão crítica sobre os fundamentos éticos, epistemológicos e metodológicos das pesquisas com crianças pequenas, incluindo bebês, à luz dos Estudos da Infância. Parte-se da constatação de que, apesar dos avanços teóricos, ainda predominam práticas investigativas que silenciam ou instrumentalizam as vozes infantis, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. O objetivo é analisar os deslocamentos necessários para reconhecer as crianças como sujeitos epistêmicos e coautores do conhecimento. Trata-se de uma pesquisa de natureza teórica, fundamentada na análise crítica de produções científicas. Os principais resultados indicam que pesquisar com crianças exige escutas sensíveis, metodologias implicadas e uma ética relacional comprometida com a dignidade, a presença e os direitos das infâncias.

**Palavras-chave:** Infância. Ética na pesquisa com crianças. Epistemologias da escuta.

### **Abstract**

This article offers a critical reflection on the ethical, epistemological, and methodological foundations of research with young children, including infants, in light of Childhood Studies. It starts from the recognition that, despite theoretical advances, investigative practices that silence or instrumentalize children's voices still prevail, especially in contexts of social vulnerability. The aim is to analyze the necessary shifts to recognize children as epistemic subjects and co-authors of knowledge. This is a theoretical study, grounded in the critical analysis of scientific literature. The main findings indicate that conducting research with children requires sensitive listening, engaged methodologies, and a relational ethics committed to the dignity, presence, and rights of childhood.

**Keywords:** Childhood. Research ethics with children. Epistemologies of listening.

<sup>1</sup> [cianjos@yahoo.com.br](mailto:cianjos@yahoo.com.br) / [cleriston.anjos@cedu.ufal.br](mailto:cleriston.anjos@cedu.ufal.br)

<sup>2</sup> [laise.lima@delmiro.ufal.br](mailto:laise.lima@delmiro.ufal.br)

<sup>3</sup> [noelia.santos@delmiro.ufal.br](mailto:noelia.santos@delmiro.ufal.br)

## **Resumen**

Este artículo propone una reflexión crítica sobre los fundamentos éticos, epistemológicos y metodológicos de las investigaciones con niñas y niños pequeños, incluidos los bebés, a la luz de los Estudios de la Infancia. Parte del reconocimiento de que, a pesar de los avances teóricos, aún prevalecen prácticas investigativas que silencian o instrumentalizan las voces infantiles, especialmente en contextos de vulnerabilidad social. El objetivo es analizar los desplazamientos necesarios para reconocer a las niñas y los niños como sujetos epistémicos y coautores del conocimiento. Se trata de un estudio de carácter teórico, basado en el análisis crítico de las producciones científicas. Los principales hallazgos indican que investigar con niñas y niños exige una escucha sensible, metodologías implicadas y una ética relacional comprometida con la dignidad, la presencia y los derechos de la infancia.

**Palabras clave:** Infancia. Ética en la investigación con niñas y niños. Epistemologías de la escucha.

## **Introdução**

A emergência dos Estudos da Infância como campo interdisciplinar tem desestabilizado os modelos tradicionais de produção científica sobre a infância, tensionando as fronteiras entre sujeito e objeto, pesquisador e pesquisado, escuta e fala. Essa virada epistemológica afirma a criança como sujeito de direitos, produtora de cultura e de saberes, cuja presença nas pesquisas não deve ser instrumentalizada, mas reconhecida em sua agência própria (Sarmiento; Gouvea, 2008; Corsaro, 2011).

No entanto, ainda são frequentes práticas investigativas que ignoram os contextos de vida das crianças, desconsideram suas linguagens e desautorizam suas presenças — especialmente em territórios marcados por profundas desigualdades sociais, como zonas urbanas periféricas, áreas ribeirinhas e comunidades rurais —, onde as infâncias são frequentemente invisibilizadas (Fernandes, 2020; Sousa; Pires, 2020).

Para Demartini (2020), pesquisar sobre a infância e suas múltiplas expressões talvez represente o maior desafio para pesquisadores e pesquisadoras, pois exige a atenção às complexas vivências infantis, a escuta dos olhares das próprias crianças e o reconhecimento da pluralidade das infâncias. Isso implica compreendê-las como integrantes da realidade social, constituindo distintos grupos sociais, de modo que é inviável, no Brasil — tanto no presente quanto no passado —, pensar em uma criança “genérica”. E mesmo no interior de cada grupo social, em que aparentemente as crianças compartilham características em comum, é possível identificar fatores que tanto as aproximam quanto as diferenciam. Assim, reconhecer a diversidade das infâncias constitui um ponto de partida imprescindível para a pesquisa com crianças. Refletir sobre como as investigações têm enfrentado tais desafios torna-se, portanto, uma tarefa urgente para revisar os compromissos ético-políticos dos(as) pesquisadores(as) e reinventar metodologias mais justas, sensíveis e comprometidas com a escuta e a dignidade infantil.

Os desafios aqui apontados são corroborados por revisões recentes da literatura, que indicam a necessidade de uma “reviravolta científica” nas pesquisas com crianças, especialmente no campo da Educação Infantil. Segundo Araújo e Anjos (2023), ainda é comum que crianças sejam tratadas como “objeto” de pesquisa, e não como parceiras no processo investigativo. Para romper com esse paradigma adultocêntrico, os autores defendem o reconhecimento das crianças como sujeitos sociais, com direito à participação ativa, cujas vozes, ações e linguagens expressivas devem ser legitimadas como formas de produção de conhecimento. Tal perspectiva exige, além de escuta atenta, a criação de metodologias sensíveis e coerentes com os modos de ser, estar e comunicar-se das infâncias diversas.

Posto isso, este artigo teórico propõe uma análise crítica sobre os pressupostos epistemológicos, metodológicos e éticos das pesquisas com, sobre e para crianças pequenas, inclusive desde os primeiros meses de vida. Alinhado aos Estudos Sociais da Infância, ao referencial da pedagogia da escuta e às proposições éticas situadas, o trabalho articula autores como Corsaro (2011), Rinaldi (2001), Kohan (2007), Martins Filho (2020a, 2020b), Sarmiento (2004, 2020) e Richter, Berle e Murillo (2020), entre outros, para sustentar a centralidade da escuta, da ludicidade e da presença nos processos de investigação.

A partir de uma abordagem argumentativa e dialógica, serão discutidos cinco eixos analíticos: 1) as crianças como sujeitos epistêmicos; 2) os deslocamentos ético-metodológicos entre as pesquisas “com”, “sobre” e “para” crianças; 3) as epistemologias da escuta e da presença; 4) as infâncias silenciadas nos territórios invisibilizados; e 5) a ética da implicação como fundamento relacional e político da pesquisa.

O objetivo é contribuir com os debates de um campo investigativo que, mais do que coletar dados, se abra à criação de encontros, à construção de vínculos e à escuta das múltiplas formas de existência e produção de sentido das crianças desde bebês. Reconhecer as crianças como coautoras do conhecimento não é apenas um gesto discursivo, mas uma exigência ética, metodológica e política que atravessa toda a trajetória investigativa (Machado; Carvalho, 2020; Neiman, 2020).

### **Crianças como sujeitos epistêmicos**

Historicamente, a produção científica sobre a infância operou com uma concepção reduzida da criança — ora como “objeto de cuidado”, ora como “futuro adulto” —, cuja legitimidade epistêmica estaria condicionada à maturação biológica e à racionalidade adulta. Esse entendimento marginalizou as experiências infantis, invisibilizando suas formas de participação e produção de sentido. A lógica adultocêntrica que o sustenta, estruturada por uma racionalidade moderna que hierarquiza sujeitos

com base em idade, competência e linguagem, tem sido progressivamente contestada por autores que reconhecem a infância como uma categoria social e as crianças como agentes culturais (Sarmento; Gouvea, 2008; Corsaro, 2011).

Nesse contexto, os Estudos Sociais da Infância propõem uma ruptura epistemológica significativa ao criticarem abordagens tradicionais que tratam as crianças como sujeitos incompletos, centrando-se exclusivamente em suas dependências. Em contrapartida, reivindicam o direito de compreendê-las em sua inteireza, deslocando o foco da carência para a agência infantil. Essa perspectiva reconhece as crianças como atores sociais competentes, plenos de direitos, capazes de produzir cultura e conhecimento nas suas interações com o mundo (Corsaro, 2011; Sarmento; Pinto, 1997). Trata-se de um novo olhar que, embora não ignore as especificidades do desenvolvimento infantil, recusa sua utilização como critério exclusivo de análise.

Nessa chave interpretativa, a idealização da infância como uma fase meramente transitória cede lugar a uma concepção que lhe atribui valor próprio, reconhecendo formas legítimas de existência. A infância, assim, emerge como uma categoria geracional e socialmente constituída, articulada a marcadores como gênero, classe, etnia, cultura e território, conferindo diversidade às experiências infantis, que se tornam múltiplas e carregadas de significados distintos (Qvortup, 2010).

Admite-se, portanto, a existência de infâncias plurais, historicamente situadas e socialmente diferenciadas, que expressam modos diversos de vivenciar o mundo. Para Corsaro (2011), ainda que a infância possa ser entendida como uma categoria estável dentro da composição geracional, as crianças que a integram são sempre heterogêneas, e suas experiências são singulares e efêmeras.

Ao problematizar o lugar reservado às crianças na contemporaneidade, Sarmento (2004) argumenta que a preocupação não deve residir em avaliar o quanto elas divergem de uma norma — qualquer que seja —, mas sim em reconhecer que a diferença essencial da infância reside justamente em seu deslocamento frente à lógica adulta de normatização. Esse deslocamento permite que cada criança seja inserida na sociedade não como um ente estranho, mas como um sujeito social que carrega a novidade — condição inerente à sua presença enquanto geração que dá continuidade e renova o mundo.

Segundo o autor, embora as crianças herdem os legados da sociedade adulta, elas o fazem “[...] com a leveza da renovação e o sentido de que tudo é de novo possível” (Sarmento, 2004, p. 10). Dessa forma, a infância se situa entre dois tempos — o passado e o futuro — e entre dois modos de ser — aquele conhecido pelos adultos e o que é recriado pelas vivências infantis. Esse lugar socialmente construído é continuamente renovado pela ação coletiva das crianças.

Reconhecê-las como sujeitas epistêmicas representa um deslocamento radical: exige abandonar

a ideia de que as crianças precisam ser “traduzidas” por adultos e assumir que possuem modos próprios e legítimos de conhecer, interpretar e agir no mundo. Martins Filho (2020b) enfatiza que essa reconfiguração é necessária para superar o olhar tutelar que, sob o pretexto da proteção, silencia a viva voz das crianças e as reduz à condição de “engraçadinhas” ou “imaturas”. A infância, como categoria social e geracional, possui lógicas próprias que merecem ser levadas a sério em sua complexidade e pluralidade.

Afirmar a criança como produtora de saberes desde os primeiros meses de vida demanda uma reconceitualização das epistemologias que sustentam as práticas investigativas. Trata-se de uma “epistemologia da presença” — do corpo, da linguagem sensível e da experiência lúdica — como propõem Richter, Berle e Murillo (2020), ao defenderem que o corpo languageiro das crianças pequenas é seu primeiro operador de mundo.

As crianças, portanto, anunciam-se, expressam-se e estabelecem comunicação com seus pares e com o mundo antes mesmo de dominar a linguagem oral. Suas manifestações se materializam no corpo, que interpreta e atribui sentido às experiências sociocomunicativas (Ramos, 2012). Nessa linha, Gobbi (2010, p. 2) observa que, por meio de suas linguagens, as crianças nos convidam a acessar seus modos singulares de perceber e interagir com o mundo, revelados por “[...] corpos que se mexem, que nem sempre falam com palavras e letras, mas que tanto dizem”.

Essa mudança de paradigma também interpela a formação docente e o posicionamento dos(as) pesquisadores(as), exigindo o reconhecimento dos limites da compreensão adulta sobre a infância e a abertura para novas possibilidades interpretativas. Como ressalta Bastide (2004 *apud* Martins Filho, 2020b), entre o mundo dos adultos e o das crianças existe um “mar tenebroso” que dificulta a comunicação — não por limitação infantil, mas pela indisponibilidade adulta em escutar. Propor uma relação horizontal e dialógica, aberta à escuta das crianças, é o que permite captar os sentidos que elas próprias atribuem às suas experiências de ser e estar no mundo.

Criar condições éticas e metodológicas que garantam não apenas a participação, mas o reconhecimento da criança como coautora do conhecimento, é um imperativo. É nesse horizonte que Sousa e Pires (2020) destacam a necessidade de valorizar as narrativas infantis sobre si e suas vivências, reconhecendo suas competências em informar, interpretar e refletir sobre os espaços que habitam, as relações que constroem, as habilidades que desenvolvem e as imaginações que cultivam. São expressões singulares que oferecem aos adultos possibilidades de aproximação com seus universos de saber.

A experiência de pesquisa com crianças em movimentos sociais de luta por moradia, como relatada por Gobbi, Anjos e Vicente (2020), revela a potência das infâncias na construção de territórios

simbólicos e afetivos em meio a contextos de vulnerabilidade. Ao acompanhar o cotidiano das crianças em edifícios ocupados na região central de São Paulo, as autoras e o autor evidenciam que a cidade — e, por extensão, o espaço da pesquisa — é produzida também pelas crianças, por seus corpos, vozes e modos de habitar. Estar com as crianças nesses territórios implica reconhecer sua condição de sujeitos implicados na produção do conhecimento, exigindo metodologias que escapem ao adultocentrismo e se abram à negociação, ao vínculo e à escuta comprometida. A partir de práticas como rodas de conversa, desenhos, brincadeiras e oficinas, o campo se transforma em espaço compartilhado, onde as crianças não são meras informantes, mas coautoras das experiências e das narrativas que ali se constroem.

Para Delalande (2020), é comum que pesquisadores(as) se interroguem sobre como captar o ponto de vista das crianças sem reforçar as assimetrias hierárquicas com os adultos. Em sua investigação, a autora propõe uma metodologia compartilhada, baseada na experimentação de dispositivos que incluam as crianças como colaboradoras efetivas. Como afirma: “[...] à escala de um pesquisador, os objetos de estudo também se redefinem em função das realidades do terreno, entendido ao mesmo tempo como lugar de reflexão e de intercâmbio com os atores sociais” (Delalande, 2020, p. 69). Para as crianças, a pesquisa torna-se também uma oportunidade de perceberem que detêm saberes próprios, frequentemente ignorados pelos adultos, mas que interessam profundamente aos(às) pesquisadores(as).

Esse reconhecimento, contudo, não se confunde com idealização ou romantização da infância. Trata-se, antes, de assumir um compromisso ético de tratar as crianças como sujeitos que vivem, sentem, pensam e criam — inclusive e especialmente quando não fazem uso da linguagem verbal formalizada. Como sublinha Kohan (2007), o pensamento infantil é filosófico porque interroga o mundo, o desconstrói e o reinventa a partir de suas próprias categorias simbólicas e imaginativas. Escutar essa filosofia da infância é, ao mesmo tempo, um ato ético, político e epistemológico.

Em suma, reconhecer as crianças como sujeitos epistêmicos é tensionar modelos científicos que desautorizam saberes situados, sensíveis e não normativos. É, também, aceitar o desafio de reinventar o papel do(a) pesquisador(a), abrindo-se à escuta do outro radical — esse outro que, muitas vezes, nos provoca com perguntas para as quais ainda não temos respostas.

### **Deslocamentos ético-metodológicos entre as pesquisas “com”, “sobre” e “para” crianças**

A distinção entre pesquisas com, sobre e para crianças não é meramente terminológica. Trata-se de uma diferenciação fundamental para compreender os deslocamentos ético-metodológicos promovidos pelos Estudos da Infância nas últimas décadas. Pesquisar sobre crianças remete a uma

lógica de exterioridade, em que o(a) pesquisador(a) ocupa uma posição de autoridade interpretativa, descrevendo e analisando os comportamentos infantis a partir de categorias adultas. Já as pesquisas para crianças — ainda que guiadas por boas intenções — correm o risco de falar “em nome de”, substituindo as vozes infantis por projeções adultas de cuidado e proteção. É nas pesquisas com crianças que se abre a possibilidade de interlocução efetiva, na qual elas participam como sujeitos ativos na produção do conhecimento (Corsaro, 2011; Sousa; Pires, 2020).

O delineamento metodológico nos Estudos da Infância, portanto, deve estar alinhado aos questionamentos e objetivos da pesquisa, orientando criticamente os caminhos percorridos e conferindo profundidade à análise do objeto. Como observa Qvortrup (2005, p. 75), “[...] existem muitas formas de reunir informações sobre a vida das crianças e sobre a infância”, o que evidencia a diversidade de possibilidades metodológicas no campo. Nesse contexto, as pesquisas sobre crianças desempenharam papel importante ao afirmar a infância como campo legítimo de investigação científica, destacando a necessidade de um olhar atento às suas experiências. No entanto, essa abordagem apresenta limites, sobretudo ao restringir as crianças à condição de objeto de estudo, cujas vozes são frequentemente substituídas por interpretações adultas.

O deslocamento para o *com* implica repensar toda a prática investigativa — do planejamento à escrita dos resultados. Em vez de definir previamente temas e instrumentos de coleta, o(a) pesquisador(a) que atua com crianças se abre ao imprevisível das interações, reconhecendo que os sentidos da pesquisa emergem da relação, e não apenas dos protocolos. Nesse sentido, Moss (2016) orienta que as pesquisas sociais sejam guiadas pela contextualização e pela interpretação. Assim, os dados não são simplesmente coletados, mas produzidos na interação entre sujeitos — crianças e adultos — situados em tempos, espaços e posições específicas que dialogam com o objeto em estudo. A participação das crianças, portanto, deve emergir de uma proposta horizontal, sustentada pelas interações e por um olhar atento às particularidades da infância, articulado a pressupostos ontológicos e epistemológicos.

Como afirmam Machado e Carvalho (2020), o *com* exige uma ética da presença e da escuta, que desafia a lógica protocolar dos comitês de ética e convoca o(a) pesquisador(a) à responsabilidade cotidiana de se deixar afetar pelas crianças e pelas situações vividas. Isso exige comprometimento em deslocar-se da posição adultocêntrica, reconhecendo as crianças como sujeitos que compartilham e constroem vivências sociais e culturais. A produção do conhecimento, assim, adquire caráter coletivo, em que decisões metodológicas e éticas são entrelaçadas pelas interações e pelos sentidos atribuídos pelas próprias crianças (Werle; Bellochio, 2016).

Além disso, pesquisar com crianças exige uma revisão das categorias metodológicas. A escuta,

por exemplo, deve ser compreendida em sua dimensão ampliada: ouvir não se restringe ao registro da fala verbal, mas envolve o reconhecimento de gestos, silêncios, brincadeiras, desenhos, expressões corporais e modos de estar no mundo. Propensas a interpretar, questionar e narrar, as crianças mobilizam múltiplos recursos comunicativos, que refletem seus interesses e formas singulares de experienciar o vivido. Como lembra Rinaldi (2012, p. 77), o olhar da criança expressa sua intenção comunicativa, seu desejo de compreender o mundo e seus próprios anseios: “estamos falando de crianças que são pesquisadores, que procuram entender significados [...] Percebemos que elas nos dizem algo, mesmo quando não falam”. As linguagens, em sua multiplicidade de formas e significados, não apenas estruturam o humano, mas constituem potentes instrumentos de expressão, interpretação e relação.

Nesse sentido, o desenho desponta como uma das formas mais significativas de escuta nas pesquisas com crianças. Sarmento (2020) o destaca como uma das principais expressões simbólicas infantis, que antecede a linguagem escrita e oral, sendo praticado por bebês antes mesmo da formulação de palavras. Mais do que representação da realidade exterior, o desenho constitui uma forma de apreensão do mundo. Quando articulado às diferentes faixas etárias e às múltiplas culturas infantis, o desenho revela um modo específico de comunicação, capaz de expressar sentidos que extrapolam os limites da linguagem verbal.

O desenho não apenas revela a singularidade da criança que o produz, mas também se inscreve na produção simbólica de um grupo geracional — a infância — que, embora compartilhe com outros grupos diversas manifestações culturais, carrega traços próprios da sua condição social. Como propõe Sarmento (2020), a análise do desenho deve considerar um triplo enquadramento: primeiro, enquanto ato do sujeito concreto, que mobiliza motricidade, afetos e intencionalidade para expressar uma realidade única; segundo, em sua inserção cultural, afetada por representações sociais sobre a infância e pelas instituições que a cercam; e, por fim, como linguagem geracional própria, dotada de uma gramática interpretativa das culturas infantis.

Como ressalta Neiman (2020), os desenhos e fotografias produzidos por crianças em contextos urbanos não são meras ilustrações, mas linguagens epistêmicas que revelam suas apropriações espaciais, afetivas e políticas da cidade. O mesmo se aplica às narrativas e gestualidades observadas nos cotidianos educacionais, como mostram Gibim, Pimenta e Finco (2020), ao analisarem as interpretações infantis das dinâmicas familiares por meio dos desenhos.

Outro aspecto central das pesquisas *com* é o reconhecimento da coautoria. A criança, ao participar do processo investigativo, não deve ser tratada apenas como fonte de informação, mas como interlocutora que tensiona, redireciona e coproduz os caminhos da pesquisa. Isso implica rever as

práticas de escrita acadêmica, de modo que as vozes infantis sejam integradas de forma constitutiva à análise — como apontam Sousa e Pires (2020), ao relatarem o questionamento de uma criança: “vai entrar no livro?”. A pergunta, simples e poderosa, desafia a autoridade científica e nos obriga a repensar quem são os verdadeiros autores do saber.

Por fim, o com é também um gesto político. Pesquisar com crianças significa reconhecer sua condição de cidadania plena, mesmo quando seus direitos são sistematicamente negados. Trata-se de um compromisso com práticas investigativas que não apenas conhecem, mas se implicam na transformação das realidades vividas pelas crianças, sobretudo aquelas marcadas pela exclusão e pelo silenciamento (Fernandes, 2020; Martins Filho, 2020b).

Diante de todos esses elementos, é possível afirmar que optar por pesquisas *com* crianças não se resume a uma escolha metodológica entre outras possíveis, mas a uma tomada de posição ética, política e epistemológica. Essa escolha desloca o centro da investigação: da observação distanciada à presença comprometida; da interpretação adulta à escuta das múltiplas linguagens infantis; da representação à coautoria. Nesse processo, o(a) pesquisador(a) é desafiado(a) a rever seus pressupostos, escutar com disponibilidade, acolher o inesperado e compartilhar a produção de sentidos com sujeitos que, mesmo na infância, não apenas habitam o mundo, mas o recriam continuamente. Ao reconhecer as crianças como interlocutoras legítimas e produtoras de conhecimento, reafirma-se a potência das infâncias para tensionar e transformar as práticas científicas, abrindo caminhos para modos mais justos, implicados e plurais de investigar.

### **Epistemologias da escuta e da presença**

Escutar crianças é um exercício que ultrapassa a mera recepção de falas. Trata-se de um gesto de abertura à alteridade infantil, que exige sensibilidade para acolher suas múltiplas linguagens e disposição para habitar uma temporalidade que não se rege pela produtividade, mas pela presença. As epistemologias da escuta e da presença emergem, nesse contexto, como contraponto à lógica modernizante da ciência convencional, que busca objetivar, classificar e controlar. Nelas, o conhecimento se constrói no encontro e na partilha, na corporalidade e na sensibilidade, nas brechas que se abrem quando o(a) pesquisador(a) se deixa afetar pelo que as crianças têm a dizer — ou a expressar com seus corpos, gestos, silêncios e desenhos (Rinaldi, 2001; Richter; Berle; Murillo, 2020).

Ao refletir sobre a expressão “ouvir a voz das crianças”, Sarmiento (2020) nos adverte que ela concentra, simultaneamente, um programa teórico, epistemológico e político. No plano teórico, aponta-se que as crianças têm sido historicamente silenciadas na afirmação de suas diferenças e na

manifestação autônoma de seus modos de compreender o mundo. O programa epistemológico reside na constatação da existência de um hiato entre o universo infantil e o adulto — uma alteridade que não se limita a níveis de maturidade comunicativa, mas que se enraíza na impossibilidade do adulto de resgatar, pela memória, a criança que um dia foi. Já o programa político evidencia a exclusão sistemática das crianças dos espaços decisórios que impactam suas condições de vida, como expressão de uma hegemonia adulta persistente.

O maior paradoxo, segundo Sarmiento (2020), reside no fato de que “ouvir a voz” não significa necessariamente escutar — sobretudo porque essa voz, muitas vezes, se expressa fora do registro verbal. As ideias e desejos das crianças se manifestam por meio de gestos, brincadeiras, desenhos e silêncios. Assim, escutar suas vozes implica mobilizar uma escuta ampliada, capaz de reconhecer os múltiplos modos de expressão infantil e estabelecer com elas uma comunicação verdadeiramente dialógica.

Inspirada nas práticas educativas de Reggio Emilia, Rinaldi (2001) propõe uma pedagogia da escuta que parte do reconhecimento da criança como sujeito potente, capaz de construir teorias sobre o mundo a partir de sua própria experiência. Nesse horizonte, a escuta é relacional, ética, estética e coletiva. Ela exige tempo, presença afetiva e a suspensão de julgamentos prévios. Como adverte Kohan (2007), não se trata de ensinar as crianças, mas de aprender com elas — de dialogar com seus mundos e perguntas, por mais estranhos que possam parecer ao olhar adulto.

Para Rinaldi (2012), a escuta sensível legitima as vozes das crianças e exige a presença ativa do adulto. Mais do que traduzir ou interpretar enunciados, é preciso acolher suas manifestações em sua integralidade, respeitando sua complexidade e originalidade enquanto produções simbólicas de um grupo geracional. Esse exercício desloca o pesquisador do lugar de autoridade e o convida a ocupar a posição de ouvinte comprometido, tensionando hierarquias e abrindo espaço para uma coconstrução do conhecimento.

Ao discutir a ação educativa, Rinaldi (2012) enfatiza que, ao reconhecermos que as crianças possuem suas próprias teorias, modos de interpretar o mundo e perguntas genuínas, e que participam ativamente da construção do conhecimento, a ação central da prática educativa deixa de ser falar, ensinar ou repassar conteúdos — passando a ser, antes de tudo, escutar com atenção e abertura. Essa concepção pode — e deve — ser transposta para o campo da pesquisa com crianças, compreendida como uma prática ética e relacional, continuamente aprimorada pelo compromisso com a valorização de suas múltiplas linguagens.

Nesse contexto, a escuta torna-se uma via de troca recíproca de significações entre adultos e crianças, permitindo diálogos transformadores. Ao subverter lógicas adultocêntricas e opressivas,

reafirma-se o direito das crianças de serem reconhecidas como sujeitos de conhecimento, independentemente da linguagem que utilizem. Como destaca Cruz (2008, p. 91), “[...] ouvir as crianças não é apenas possível, mas também necessário”, o que aponta para a urgência de instituir uma escuta sensível em todos os espaços da infância — tanto nas situações cotidianas quanto nas experiências intencionalmente organizadas.

A escuta, quando assumida como prática epistêmica descolonizadora, exige mais do que metodologias adaptadas: convoca a uma mudança de posição ética e política do(a) pesquisador(a). Como apontam Santos, Anjos e Faria (2017), é preciso reconhecer que as crianças não apenas participam das pesquisas, mas fazem pesquisa — criam, questionam, interpretam e produzem sentidos a partir de suas experiências e pertencimentos. Essa virada implica enfrentar as marcas do adultocentrismo, do colonialismo epistêmico e das normatividades modernas que ainda configuram grande parte das investigações em educação. Escutar, nesse horizonte, é também desobedecer epistemicamente aos protocolos científicos que invisibilizam as culturas infantis e reduzem as múltiplas infâncias a um modelo universalizante. Ao afirmar a criança como sujeito epistêmico e político, abrem-se caminhos para práticas investigativas mais plurais, inventivas e implicadas com a justiça cognitiva e a dignidade das crianças.

As epistemologias da escuta propõem, ainda, o reconhecimento da linguagem como experiência encarnada, vivida no corpo e nos afetos. Para Richter, Berle e Murillo (2020), os processos de significação em crianças pequenas antecedem a palavra formalizada. O corpo linguageiro, os gestos, o brincar, a repetição e a fabulação constituem formas legítimas de produção de sentido. O lúdico, nesse contexto, não é um recurso instrumental, mas uma dimensão ontológica da experiência infantil — um espaço em que o pensamento emerge, o mundo se reinventa e o(a) pesquisador(a) é convidado(a) a “começar-se em linguagem” junto às crianças.

A escuta, assim, também se realiza na presença. Pesquisadores como Machado e Carvalho (2020) e Neiman (2020) destacam que o vínculo com as crianças se tece no tempo partilhado, na constância dos encontros e na atenção ao cotidiano. A observação participante, os registros etnográficos sensíveis e o uso de linguagens não-verbais — como o desenho e a fotografia — revelam nuances da vida infantil que escapam às metodologias padronizadas. A escuta, nesse caso, não é apenas um momento da pesquisa, mas a própria tessitura do processo investigativo.

Essa abordagem exige uma profunda revisão das noções de neutralidade e objetividade. Como afirmam Queiroz e Pereira (2020), a escuta que se dá no encontro com as crianças transforma não apenas a pesquisa, mas também o(a) pesquisador(a). As crianças deslocam os eixos previamente traçados, interpõem novas perguntas e ressignificam a teoria. O que era “tema do pesquisador” pode se

tornar, por vezes, tema das próprias crianças — que interpelam, resistem e elaboram outros modos de narrar suas vivências.

Nesse sentido, Martins Filho (2020a) enfatiza o desafio colocado aos(as) pesquisadores(as) no desenvolvimento de metodologias que possibilitem escutar as crianças e reconhecê-las como protagonistas do processo investigativo. Ainda que se observe um crescente reconhecimento das crianças como participantes nas pesquisas, o campo é recente e exige que os adultos abram mão de muitos dos pressupostos historicamente construídos sobre os grupos infantis.

Assumir uma epistemologia da escuta e da presença é, portanto, optar por um modo de conhecer que reconhece a incompletude como potência, a dúvida como abertura e o vínculo como condição. Trata-se de uma ética da atenção e da reciprocidade, em que a escuta não captura, mas acompanha; não fala por, mas escuta com. É um gesto de humildade investigativa, de coragem política e de compromisso com as infâncias como fontes legítimas e fecundas de conhecimento sobre o mundo e sobre nós mesmos.

### **Infâncias silenciadas nos territórios invisibilizados**

As infâncias não se distribuem de forma homogênea no território. As crianças vivem e experienciam o mundo a partir de condições materiais, sociais, históricas e culturais singulares, o que torna insustentável qualquer tentativa de generalização da infância. Ainda assim, as pesquisas com crianças tendem a privilegiar sujeitos urbanos, de classe média, frequentadores de instituições educacionais formais e inseridos em contextos hegemônicos de desenvolvimento. Com isso, infâncias que habitam zonas ribeirinhas, comunidades rurais, áreas urbanas periféricas ou contextos de múltipla vulnerabilidade seguem sendo desautorizadas como interlocutoras legítimas da ciência (Fernandes, 2020; Sousa; Pires, 2020).

Esse silenciamento não se limita à ausência física dessas crianças nas pesquisas, mas se manifesta, sobretudo, na forma como suas experiências são mediadas, interpretadas ou, muitas vezes, ignoradas. A naturalização de imagens como a da criança “pura”, “ingênua” ou “vítima” reforça estereótipos coloniais e tutelares que despolitizam suas vivências e obscurecem suas potências criativas e resistentes (Martins Filho, 2020b). Logo, reconhecer a pluralidade das infâncias exige romper com modelos normativos e abrir-se à escuta de modos de vida que desafiam a lógica instituída da infância escolarizada, urbana e branca.

Em seus estudos, Demartini (2020) destaca um aspecto frequentemente negligenciado nas pesquisas com crianças: o fato de que muitas delas transitam entre diferentes contextos

socioeconômicos e culturais ao longo de suas vidas. Embora com enfoques diversos, os estudos sobre infância tendem a tratar as crianças como se estivessem “fixadas” em espaços estáveis e homogêneos. Ao abordar especificamente os deslocamentos populacionais internos e internacionais, a autora observa que esses processos são usualmente analisados a partir da ótica dos adultos — famílias, trabalhadores ou políticas migratórias —, negligenciando as implicações para as crianças que vivenciam tais deslocamentos. Sujeitas às decisões adultas, elas experimentam rupturas, reencontros e o desafio cotidiano de lidar com novas culturas e pertencimentos.

Já Queiroz e Pereira (2020) abordam as realidades de crianças em situação de rua ou em contextos de instabilidade habitacional, destacando o desafio metodológico de acompanhar existências que tensionam os próprios conceitos de “moradia” e “infância protegida”. Nessas condições, as crianças constroem sentidos a partir da precariedade, transformam a rua em território de vivência e resistência e reconfiguram seus modos de estar no mundo. Ignorar tais experiências representa, ao mesmo tempo, uma escolha epistemológica e política.

Nessa mesma direção, Fernandes (2020), ao discutir pesquisas com crianças ribeirinhas com deficiência, evidencia a importância de visibilizar os atravessamentos interseccionais que constituem determinadas infâncias — como deficiência, classe, território e etnicidade. A autora aponta que, mesmo quando essas crianças são formalmente “incluídas” nas pesquisas, isso muitas vezes se dá de modo superficial, protocolar e descontextualizado, sem atenção às suas especificidades culturais, linguagens próprias e modos singulares de conhecer.

A presença infantil em territórios considerados “impróprios” à infância — conforme os critérios normativos — desafia noções convencionais de segurança, cidadania e pertencimento. Como demonstra Neiman (2020), ao caminhar com crianças por regiões centrais de São Paulo, a cidade se revela como território de apropriações criativas, resistências simbólicas e disputas por visibilidade. Os desenhos e fotografias infantis capturam uma cidade viva, sensível e afetiva, que escapa às narrativas adultas de planejamento e controle.

As infâncias silenciadas não são, portanto, infâncias mudas. São infâncias cuja escuta foi recusada, cujas expressões foram deslegitimadas e cujas existências foram subalternizadas por epistemologias que se recusam a desestabilizar seus próprios privilégios. Assumir o compromisso com essas infâncias é um gesto político que convoca o(a) pesquisador(a) a uma ética do descentramento, à escuta das ausências e à responsabilidade com a produção de conhecimento situada, crítica e comprometida com a justiça social.

Em um cenário marcado pela apatia seletiva e pelo esgotamento empático diante das múltiplas formas de violência que atingem as crianças — especialmente as racializadas, periféricas e silenciadas

pela lógica adultocêntrica —, é preciso romper com a “fadiga da compaixão” que naturaliza a indiferença e despolitiza o sofrimento. Como alertam Gobbi e Anjos (2024), não se trata apenas de nomear as desigualdades, mas de escolher eticamente com quem nos comprometemos. A recusa à escuta dessas infâncias não é neutra: configura-se como um gesto político que perpetua a invisibilização e legitima epistemologias excludentes. Assumir uma escuta ativa e engajada, portanto, é mais do que reconhecer a diversidade das infâncias — é posicionar-se ao lado delas, como sujeitos políticos e produtores de cidade, território e história.

Exemplo dessa perspectiva são as pesquisas conduzidas por Gobbi, Anjos e Vicente (2020) com crianças em contextos de ocupações urbanas. As autoras e o autor evidenciam a potência política e epistêmica da presença infantil em territórios marcados pela luta por moradia. Longe de atuarem apenas como “cenário” ou “campo de observação”, esses espaços são coproduzidos pelas crianças que ali vivem, circulam, brincam e resistem cotidianamente à invisibilidade.

Ao descreverem suas experiências junto às crianças da Ocupação Mauá, em São Paulo, demonstram como o simples ato de caminhar com elas, escutar seus gestos, acolher seus silêncios e brincar transforma o sentido da própria pesquisa. A cidade deixa de ser um dado urbano e passa a ser percebida como território de vínculos, afetos e disputas simbólicas, no qual as crianças tecem suas cartografias de pertencimento. Tal abordagem convoca o(a) pesquisador(a) a uma ética da escuta fundada na implicação e no compromisso com as lutas cotidianas por moradia, dignidade e direito à cidade.

### **Ética da implicação como fundamento relacional e político da pesquisa**

A ética na pesquisa com crianças não pode ser reduzida ao cumprimento de exigências protocolares estabelecidas pelos comitês de ética. Embora necessárias para garantir direitos básicos fundamentais das participantes, essas normas legais, quando tomadas isoladamente, correm o risco de burocratizar e esvaziar o sentido ético do trabalho investigativo, convertendo-o em uma prática regulada por contratos — e não por vínculos. Os Estudos da Infância têm defendido, com insistência, uma concepção ampliada de ética: não como etapa inicial do processo, mas como dimensão relacional, situada e contínua, que atravessa todas as fases da pesquisa (Machado; Carvalho, 2020; Fernandes, 2020).

É nesse horizonte que se inscreve a noção de ética da implicação. Implicar-se significa reconhecer-se como parte da experiência de pesquisa, assumindo que o(a) pesquisador(a) não é um observador neutro, mas um sujeito afetado e afetante, que interfere e é interferido pelas crianças, pelos

territórios, pelas instituições e pelas narrativas que emergem do campo. Como afirmam Queiroz e Pereira (2020), a implicação ética exige que o(a) pesquisador(a) esteja disponível para que o tema da pesquisa seja deslocado pelas vozes das crianças, tornando-se, por vezes, um tema delas — o que implica desestabilizar o controle sobre o objeto de estudo e aceitar o inacabamento como parte constitutiva do processo investigativo.

Essa ética relacional se materializa na escuta sensível, no tempo de convivência, na reciprocidade, na atenção às linguagens das crianças desde bebês e no cuidado com a representação das infâncias nos textos acadêmicos. Como mostram Sousa e Pires (2020), reconhecer as crianças como coautoras exige do(a) pesquisador(a) uma escrita que não as utilize como ilustração, mas que incorpore suas falas, imagens e gestos como elementos constituintes da análise. O reconhecimento ético da autoria infantil passa também pela escolha de publicizar seus nomes, suas contribuições e suas linguagens, quando assim desejarem, resguardando simultaneamente seu direito ao anonimato quando necessário.

Além disso, a ética da responsabilidade convoca o(a) pesquisador(a) a assumir o impacto de sua presença no campo e a responsabilidade política pelo que produz e divulga. Pesquisar com crianças — sobretudo em contextos marcados por desigualdades — implica enfrentar a tensão entre o direito à participação e o direito à proteção, como lembra Fernandes (2020). É preciso criar condições para que as crianças participem da pesquisa de maneira livre, segura e informada, mesmo quando não dominam a linguagem verbal formal. Isso exige atenção especial aos assentimentos das crianças, aos gestos de recusa, ao desconforto silencioso e às formas não convencionais de consentimento, especialmente no caso de crianças pequenas, desde bebês.

Como condição prévia para a realização da pesquisa, a autorização das crianças é tão essencial quanto a de seus responsáveis. Ainda que, por exigências legais e etárias, seja necessário o consentimento formal dos adultos para a participação infantil em qualquer atividade de pesquisa, tal exigência não invalida o direito das crianças à escolha. Enquanto atores sociais, elas são capazes de compreender — ainda que de forma elementar — o propósito da pesquisa e manifestar sua decisão de participar ou não (Ferreira, 2010). Por isso, é fundamental que o(a) pesquisador(a) se apresente às crianças e as informe, de maneira acessível, sobre o papel que terão na investigação. Esse é um passo inicial para garantir uma participação significativa e não impositiva. Assim, o assentimento pode assumir diferentes formas, que não se limitem à linguagem escrita, respeitando a faixa etária e as particularidades de cada criança quanto à compreensão e à tomada de decisão.

A ética da responsabilidade também se manifesta no compromisso com o uso criterioso dos dados, no respeito ao contexto em que foram produzidos e na devolutiva dos resultados às crianças e

comunidades envolvidas. A pergunta da criança — “vai entrar no livro?” — interroga diretamente a lógica expropriadora da ciência que coleta, analisa e publica sem devolver. Mais do que uma formalidade, a devolutiva é um ato de justiça epistêmica: reconhecer que o conhecimento produzido pertence também às crianças que dele participaram e que sua apropriação simbólica é um direito, não uma concessão (Sousa; Pires, 2020).

A devolutiva para as crianças reafirma a postura ética e respeitosa do(a) pesquisador(a), assegurando que, do início ao fim da pesquisa, os pequenos sejam reconhecidos por suas capacidades interpretativas e participativas. Assim, para Kramer (2019, p. 242), “[...] devolver resultados de pesquisa configura-se em um importante momento de interação, diálogo e partilha”, não uma mera formalidade, mas a valorização das relações constituídas e das vozes emitidas no percurso investigativo. Nesse sentido, diferentes estratégias podem ser acionadas, considerando os territórios habitados e as linguagens compreendidas — como vídeos, músicas, brincadeiras, desenhos, fotografias, entre outros —, de modo a representar simbolicamente as informações obtidas e garantir a transparência da proposta desenvolvida.

Por fim, a ética da implicação e da responsabilidade exige que o(a) pesquisador(a) revise continuamente suas intenções, seus métodos e seus afetos. Não se trata apenas de seguir normas, mas de cultivar uma postura de escuta, cuidado, humildade e compromisso com a dignidade das infâncias. Como sintetiza Kohan (2007), educar — e pesquisar — é, antes de tudo, estar disponível para o outro, aceitar o estranhamento e sustentar o risco da relação.

## **Considerações finais**

Realizar pesquisas com, sobre e para crianças pequenas, inclusive desde os primeiros meses de vida, implica atravessar encruzilhadas que desafiam os modos hegemônicos de produção de conhecimento e interpelam profundamente os compromissos éticos e políticos do(a) pesquisador(a). Ao longo deste artigo, buscou-se refletir sobre os deslocamentos teórico-metodológicos necessários ao reconhecimento das crianças como sujeitas epistêmicas, agentes de cultura e coautoras do saber — sobretudo em contextos historicamente invisibilizados.

Assumir essa perspectiva exige desinstalar-se das práticas investigativas convencionais, ainda pautadas pela neutralidade, pela hierarquização dos saberes e pela instrumentalização da infância. Em seu lugar, é necessário cultivar epistemologias sensíveis, metodologias implicadas e uma ética da presença e da responsabilidade. Isso significa escutar as crianças em sua pluralidade de linguagens — verbal, corporal, lúdica, afetiva, entre outras — e reconhecer que seus modos de ser, pensar e estar no

mundo constituem formas legítimas e potentes de produção de sentido.

A distinção entre pesquisas com, sobre e para crianças revela-se fundamental para o campo da Educação e dos Estudos da Infância. Pesquisar com crianças implica um compromisso com processos dialógicos, abertos ao imprevisível e sustentados por vínculos de confiança, respeito e escuta. É também aceitar que as crianças não apenas participam, mas cocriam os caminhos, os sentidos e os ritmos da investigação.

Discutiu-se, ainda, como os territórios atravessam profundamente as experiências infantis e como a presença das crianças em espaços considerados “impróprios” desafia normas sociais e convoca novas formas de escuta. As infâncias ribeirinhas, periféricas, camponesas ou marcadas por múltiplas vulnerabilidades não representam ausência ou carência, mas sim expressões legítimas de outras formas de viver, de habitar o mundo e de resistir às lógicas excludentes.

Nesse cenário, a ética ultrapassa os marcos legais e os documentos normativos. Ela se concretiza nas escolhas cotidianas do(a) pesquisador(a): na forma como se aproxima das crianças, no tempo que dedica ao encontro, no cuidado com a representação, na escuta do silêncio e na devolutiva dos saberes construídos. Trata-se de uma ética situada, encarnada, que se constrói na relação e se orienta pela responsabilidade com o outro — um outro radical, que é a criança.

Mais do que acessar dados, pesquisar com crianças é criar encontros, respeitar os tempos, acolher as corporeidades e revisitar continuamente nossos próprios lugares enquanto pesquisadoras e pesquisadores. Reconhecer as crianças como co-construtoras do conhecimento não é um gesto retórico, mas uma exigência política, epistemológica e ética que nos convoca a pensar e a fazer ciência de outros modos — modos mais justos, mais sensíveis e mais comprometidos com as infâncias reais, diversas e potentes que habitam o nosso tempo.

## Referências

ARAÚJO, Luciana Aparecida de; ANJOS, Cleriston Izidro dos. Pesquisas com crianças na educação infantil: discussões conceituais, éticas e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 23, n. 76, p. 47-72, jan./mar. 2023. Disponível em:

<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/29793/26029>. Acesso em: 02 jun. 2025.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CRUZ, Silvia Helena Vieira (Org.) **A criança fala: a escuta de crianças e pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008.

DELALANDE, Julie. As crianças na escola: pesquisas antropológicas. In: MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2020, p. 61-80.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Diferentes infâncias, diferentes questões para a pesquisa. In: MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2020, p. 11-25.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos. Crianças ribeirinhas com deficiência: dilemas éticos, metodológicos e epistemológicos. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 28, p. 341–353, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/95>. Acesso em: 03 jun. 2025.

FERREIRA, Manuela. “- ela é nossa prisioneira!” – questões teóricas, epistemológicas e ético-metodológicas a propósito dos processos de obtenção da permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica. Repositório Aberto Universidade do Porto, Porto, 2010, p. 151-182. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/35092>. Acesso em: 22 de abril de 2025.

GIBIM, Ana Paula Pereira Gomes; PIMENTA, Daniele Duarte; FINCO, Daniela. Famílias e suas dinâmicas de gênero: uma análise a partir dos desenhos infantis. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 28, p. 291–308, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/95>. Acesso em: 02 jun. 2025.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos. Infâncias, movimentos sociais e cidade: reflexões urgentes em meio à “fadiga da compaixão”. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e94770, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/94770/53098>. Acesso em: 02 jun. 2025.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; VICENTE, Paula Martins. Notas sobre uma pesquisa com crianças: interpelações do campo, ou, quando o presidente diz “e daí”? **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 28, p. 14–29, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/95>. Acesso em: 02 jun. 2025.

GOBBI, Marcia. Múltiplas linguagens de meninos e meninas no cotidiano da educação infantil. **Portal Mec**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6678-multiplaslinguagens&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6678-multiplaslinguagens&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 21 de abril de 2025.

KOHAN, Walter Omar. **Infância, linguagem e filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KRAMER, Sônia. Des/acertos, silêncios e conflitos éticos: o que você faz com os resultados da sua pesquisa? In: KRAMER, Sonia; PENA, Alexandra; TOLEDO, Maria Leonor P. B.; BARBOSA, Silvia Néli Falcão. **Ética: pesquisa e práticas com crianças na educação infantil**. Campinas: Papyrus, 2019. p. 235-254.

MACHADO, Sandro; CARVALHO, Rodrigo Saballa de. Notas de campo: percursos éticos e metodológicos em uma pesquisa com crianças na Educação Infantil. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n.

28, p. 159–175, 2020. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/95>. Acesso em: 02 jun. 2025.

MARTINS FILHO, Altino José. Jeitos de ser criança: balanço de uma década de pesquisas com crianças apresentadas na ANPED. In: MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2020a, p. 81-106.

MARTINS FILHO, Altino José. Pesquisa com crianças: deixar fazer viver a viva voz das crianças. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 28, p. 176-187, 2020b. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/95>. Acesso em: 02 jun. 2025

MOSS, Peter. Where am I?: position and perspective in researching Early Childhood Education. In: FARELL, Ann; KAGAN, Sharon Lynn.; TISDALL, E. Kay M. (Orgs.). **The Sage handbook of early childhood research**. London: Sage, 2016. p. 89-102

NEIMAN, Lilith. Criação de desenhos e fotografias por crianças em contextos de pesquisa na cidade: uma experiência na região central de São Paulo. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 28, p. 116–129, 2020. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/95>. Acesso em: 02 jun. 2025.

QUEIROZ, Caroline Trapp de; PEREIRA, Rita Marisa Ribes. A casa, a rua, a luta: apontamentos de uma pesquisa com crianças. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 28, p. 30–41, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/95>. Acesso em: 02 jun. 2025.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, maio/ago. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/M9Z53gKXbYnTcQV9wZS3Pf/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

QVORTRUP, Jens. Macro-análise da infância. In: CHRISTENSEN, Pia; JAMES, Allison. **Investigação com crianças: perspectivas e práticas**. Porto: ESEPF, 2005. p. 73-96.

RAMOS, Tacyana Karla Gomes. **Os saberes e as falas de bebês e suas professoras**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

RICHTER, Sandra Regina Simonis; BERLE, Simone; MURILLO, Márcia Vilma. Desafios à formação pedagógica na experiência lúdica de começar-se em linguagem na Educação Infantil. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 28, p. 236–248, 2020. Disponível em:

<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/95>. Acesso em: 02 jun. 2025.

RINALDI, Carlina. **In dialogue with Reggio Emilia: listening, researching and learning**. New York: Routledge, 2001.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

SANTOS, Solange Estanislau dos; ANJOS, Cleriston Izidro dos; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. A criança das pesquisas, a criança nas pesquisas... A criança faz pesquisa? **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 25, p. 158-175, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/958>. Acesso em: 02 jun. 2025.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Coord.). **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e da educação**. Porto: Asa, 2004, p. 9-34.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas. *In*: MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2020, p. 27-60.

SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Apresentação: olhares sobre a infância e a criança. *In*: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 7-13. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/66610>. Acesso em: 7 jun. 2025.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. *In*: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (Orgs.). **As crianças, contextos e identidades**. Braga, Portugal. Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança. Ed. Bezerra, 1997.

SOUSA, Emilene Leite de; PIRES, Flávia Ferreira. “Vai entrar no livro?”: a participação das crianças nas pesquisas de campo e na construção de textos etnográficos. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 28, p. 141-158, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/95>. Acesso em: 02 jun. 2025.

WERLE, Kelly; BELLOCHIO, Cláudia Ribeiro. Protagonismo infantil, desafios éticos e metodológicos na pesquisa com crianças. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v. 23, n. Especial, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6216>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Revisão textual e de normas da ABNT realizada por: Aleph Danillo da Silva Feitosa.